



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na Questão Agrária.

A QUESTÃO DA TERRA NO BRASIL: DESAFIOS HISTÓRICOS NA CONTEMPORANEIDADE

Aparecido Igor Oliveira Pereira¹

Resumo: O presente artigo tem como principal objetivo retratar sobre as questões que cercam a realidade brasileira contemporânea, no que se refere à questão da terra. O método adotado para a construção foi uma pesquisa qualitativa com embasamento teórico de caráter bibliográfico. Inicialmente, encontra-se presente uma abordagem sobre as relações estabelecidas entre os grandes e os pequenos proprietários de terra, relações essas, que em sua maioria ocorrem de forma conflituosa. Em seguida, é trazido à tona uma abordagem sobre os aspectos socioambientais e sua relação com a propriedade rural brasileira. Por fim, conclui-se com uma abordagem que retrata sobre a questão da desigualdade de gênero nesse ambiente, apontado como ela se manifesta e sugerindo possíveis soluções para a minimização dos seus impactos.

Palavras-chave: Brasil. Conflitos. Gênero. Socioambientais. Terra.

1. INTRODUÇÃO

Na realidade brasileira, apresenta-se hodiernamente um contexto social, no qual há uma disparidade existente entre os grandes e pequenos proprietários de terras, especialmente no âmbito rural. Essa disparidade acaba evidenciando uma manifestação das refrações da questão social, tendo por sequência a desigualdade social no ambiente rural. Outro fator que se faz presente nesse cenário, e que acaba influenciando para que essa situação ocorra, é a inserção dos modelos de produção capitalista no meio rural, prejudicando assim os pequenos proprietários de terras que não são possuidores desses novos meios de produção, tendo como consequência a subordinação desses aos grandes proprietários.

Encontra-se também presente nesse cenário alguns aspectos socioambientais ligados à questão da propriedade rural brasileira, esses também se encontram relacionados aos meios de produção capitalista que foram inseridos no âmbito rural e que acabaram gerando consequências prejudiciais ao meio ambiente. Essas consequências estão relacionadas aos aspectos e impactos socioambientais, dessa forma surge a necessidade de que os proprietários rurais, sejam eles de grande ou

¹ Estudante de Graduação. Universidade Pitágoras UNOPAR. E-mail: igor.cmr@hotmail.com.

pequeno porte, em suas atividades de produção, adotem posturas compromissadas com a responsabilidade socioambiental.

Também nesse cenário do Brasil contemporâneo, identifica-se uma grande desproporção no que diz respeito ao papel desempenhado pela mulher no atual cenário de produção no meio rural, mesmo com o todo avanço que ocorreu nos últimos anos, percebe-se ainda, a necessidade de que as políticas de gênero sejam implementadas, a fim de proporcionar novas mudanças no cenário agrário brasileiro.

2. O PEQUENO E O GRANDE PROPRIETÁRIO DE TERRA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Atualmente, em nosso país, existe um grande número de proprietários de terras no âmbito rural, no entanto, estes se encontram em uma situação de disparidade relacionada as posições que ocupam, enquanto alguns possuem abundância de recursos, sejam eles de caráter tecnológico, capitais ou territoriais, outros se encontram desprovidos desses mesmos recursos, possuindo assim apenas uma pequena propriedade de terra para o seu cultivo próprio.

Levando em consideração essa situação, percebe-se então uma forma de manifestação da questão social, essa, tão presente em nossa sociedade contemporânea. Tais diferenças acabam por gerarem uma controvérsia nas relações produtivas, ou seja, uns produzem muito, por serem possuidores de recursos, e outros produzem pouco, devido à ausência desses mesmos recursos.

Dessa forma, encontra-se nessa realidade uma inserção das relações capitalistas no campo, tendo em vista que a maioria dos agricultores não tem acesso a esse capital, que financia o desenvolvimento e manutenção nos novos meios de produção, acabando assim por gerar um embate entre os camponeses, denominados pequenos proprietários de terra, e empresários, denominados grandes proprietários. Percebe-se essa realidade, a partir da visão do seguinte auto que nos salienta:

A tecnificação, oriunda das demandas capitalistas, e os (des)interesses do Estado definem a situação de desigualdade, em detrimento de condições dignas de sobrevivência da grande maioria da população camponesa, aqui delineada como “posseiros, rendeiros, assentados, pequenos proprietários” incluindo os integrantes de suas famílias. (FERNANDES, 2004, p. 27)

A partir da ideia apontada acima, é possível perceber o surgimento de novas relações estabelecidas no meio rural. Essas acabaram por provocarem uma mudança no sistema de produção que era utilizado pelos agricultores, já que estes não possuem os novos recursos, tendo como consequência agricultores incapacitados de produzirem

por conta própria, tendo que ofertarem seus serviços às indústrias ou grandes proprietários de terras, para que consigam garantir o seu sustento e suprir as suas necessidades.

No cenário atual de produção no meio rural, percebe-se também que as divisões de terras ocorrem também de maneira desigual e são determinadas pela renda de seus proprietários e manipuladas pelo sistema capitalista vigente em nossa sociedade contemporânea. Enxerga-se essa realidade, a partir da seguinte ideia: “[...] a estrutura camponesa vai sendo minada, desterritorializada. Por isso, “a concentração ou a divisão da propriedade está fundamentalmente determinada pela renda e renda subjugada pelo capital”. (MARTINS, 1980, p.177).

Enxerga-se dessa forma que as estruturas das relações de produção, que eram executadas pelo homem do campo, passam a serem alteradas e substituídas pelas novas relações, encontramos presente nelas, a estrutura capitalista de produção, que visa à produção em grande escala, e acabam por coisificar as relações de trabalho.

Essas mudanças ocorridas nesse cenário acabam provocando a diminuição da população rural, já que estes não se adaptavam aos novos modelos de produção, os trabalhadores rurais foram buscar meios de sobrevivência junto ao meio urbano, desencadeando assim outros problemas e agravando a desigualdade social.

Aqueles que permaneceram no campo acabaram se inserindo nos novos modelos de produção, já que aumentou a demanda por trabalhadores assalariados nesse novo cenário, ou seja, os pequenos proprietários passaram a estabelecerem uma relação com os grandes, na qual eles ofertavam seus serviços, a fim de receberem um salário pela mão de obra prestada, dessa forma, estes pequenos proprietários já não mais produziam para o consumo próprio, e sim, para o enriquecimento das indústrias, ou do proprietário da maior parte de terras, e que agora pagava o seu salário.

Estes agricultores, agora denominados trabalhadores assalariados, utilizam conhecimentos relacionados ao cultivo do solo, técnicas de plantio, dentre outros, unidos aos novos meios disponibilizados pelo novo sistema de produção vigente.

Conclui-se dessa forma que o cenário rural do Brasil sofreu diversas alterações no que diz respeito aos meios de produção, como também que esse acabou por dividir-se em grandes e pequenas propriedades, caracterizando-se como um espaço para a oferta de mão de obra e manifestação da questão social, tendo como exemplo dessa manifestação, a desigualdade social, que ocorre a partir do momento em que o grande proprietário se encontra em uma posição mais favorável que o pequeno proprietário de terra.

3. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E SUA RELAÇÃO COM A PROPRIEDADE RURAL BRASILEIRA

No atual cenário, depara-se frequentemente com o uso dos termos natureza e preservação, na maioria das vezes esses se encontram de forma vinculada, com o intuito de proporcionar à sociedade uma visão crítica acerca do assunto. No entanto, é importante reconhecer que as questões ligadas aos aspectos socioambientais ainda se encontram cercadas por uma nuvem nebulosa, apesar de vivermos em uma sociedade com grandes avanços modernos.

Vivencia-se uma realidade repleta de problemas ambientais, a maioria deles está ligada ao atual modelo de sistema produtivo. A partir daí, pode-se identificar aspectos socioambientais vinculados a questões de propriedades rurais brasileiras no cenário atual.

É com grande frequência que se tem deparado com danos ambientais que surgiram a partir do processo de industrialização e expansão do sistema capitalista, provocando assim danos ambientais que acabaram gerando consequências também no ambiente rural. De acordo com Castro (2000, o Brasil, em virtude de sua vasta extensão territorial e da variedade de ecossistemas que o compõe, caracteriza-se por ser um país com forte predominância do agronegócio.

Diante desse contexto, pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico do país depende de atividades produtivas, como o agronegócio. Essas atividades são realizadas em grande parte no ambiente rural, no entanto, essas devem se desenvolver de acordo com as exigências socioambientais, para que não gere agravos ao meio ambiente, ou crises ecológicas que prejudiquem as espécies de fauna e flora existentes no território brasileiro. A partir daí, fica explícito a importância de se adotarem práticas sustentáveis que sejam inseridas no contexto de produção atual.

O conceito de propriedade vem se desenvolvendo ao longo da história, como algo que vem se aperfeiçoando ao longo dos anos e moldando-se de acordo com o contexto social. No que diz respeito ao conceito de propriedade rural, na atual conjuntura brasileira, pode-se afirmar que esse está relacionado aos termos; propriedade rural, latifúndio e empresa rural, ou seja, a área de uma propriedade familiar corresponde a propriedade rural. Essa área tem por finalidade, ser explorada pelo agricultor e sua família a fim de proporcioná-los um desenvolvimento econômico e social, como também para a sua subsistência.

Nesse sentido é importante compreender o que Araújo nos aponta:

[...] o direito agrário brasileiro, desde o seu início, combateu o mau uso da terra, buscando direcioná-la no sentido de exploração econômica e racional,

de modo que atenda às demandas de alimentos pelo público consumidor, ou mesmo às demandas do setor exportador. (ARAÚJO, 1998, p. 51)

Entende-se dessa maneira, que a exploração no ambiente rural deve ocorrer de forma consciente, não visando apenas os avanços e resultados econômicos, mas também a manutenção e estabilidade do meio ambiente.

Percebe-se dessa forma, a importância do desenvolvimento de práticas sustentáveis que possam ser inseridas no ambiente de produção rural, e além de inseridas, essas devem ser desenvolvidas de maneira adequada, a fim que possam ser executadas, tanto por grandes proprietários de terra, como também por pequenos, com o intuito de termos um desenvolvimento socioambiental de forma saudável e também produtiva.

Sobre o atual cenário socioambiental e sua relação com a propriedade rural, é necessário compreender as transformações que ocorreram no termo propriedade, tendo em vista, que esse vem se transformando para adequar-se às necessidades sociais que vão surgindo.

Uma das mudanças que ocorreram nesse cenário diz a respeito ao termo função social, podemos assim então compreender que a propriedade pode torna-se função social a partir do momento que suas necessidades tornam-se necessidades sociais, ou seja, necessidades também dos demais membros da sociedade civil. Nesse sentido, podemos afirmar que as necessidades socioambientais se caracterizam como assuntos de responsabilidade também dos proprietários rurais e da sociedade em geral.

Dessa forma, é necessário que práticas sustentáveis sejam adotadas pelos proprietários de terras, grandes e pequenos, empresas, indústrias, corporações, dentre outros segmentos, e esses passem a ter consciência do que são aspectos e impactos socioambientais, como também devem ser realizados a implementação de procedimentos, que sejam capazes de identificar esses aspectos e o que eles podem causar ao meio ambiente, a fim que esses sejam desenvolvidos também no meio rural.

4. POLÍTICAS DE GÊNERO NO CENÁRIO AGRÁRIO BRASILEIRO

Questões como políticas sociais e políticas de gênero nunca estiveram tão presentes no cenário atual como estão atualmente. Quando se fala em políticas sociais, logo se tem a noção de que essas são direcionadas à sociedade, ou seja, políticas direcionadas as pessoas, essas se caracterizam como ações do estado, com o intuito de satisfazerem as necessidades básicas dos membros da sociedade civil.

Políticas de gênero correspondem a uma parte das políticas sociais direcionadas as mulheres e aos demais segmentos, com o intuito de proporcionar uma sociedade mais igualitária, para todos, sem realizar distinção alguma.

Tem-se notado, no decorrer dos últimos anos, que as relações de trabalhos femininos e suas posições vieram se alterando de forma significativa e sofrendo transformações que influenciaram os padrões culturais já existentes e valores relacionados ao papel social da mulher, tais mudanças contribuíram para o fortalecimento das mulheres como categoria social independente.

Mesmo com todo o espaço conquistado pela mulher, encontra-se ainda uma disparidade presente nesse cenário. Essa disparidade se dá, devido os homens se caracterizarem como a maior parte dos que administram as propriedades rurais, como também são eles que possuem os imóveis com maior área. Nota-se então que mesmo com tudo o que já foi conquistado pelas mulheres, ainda são necessárias ações e políticas que as auxiliem nesse processo de fortalecimento.

Enfatiza-se atualmente que o cenário da classe trabalhadora é diferente do que existia no século passado, nesse novo cenário, o papel da mulher se inverteu e precisa ser reconhecido. Conforme salienta Antunes: “A classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho, conforme nossa denominação” (ANTUNES, 1995, p.10).

Dessa forma, percebe-se que a mulher ocupa um papel importante no atual cenário de produção, se caracterizando assim como peça indispensável no processo de desenvolvimento econômico e social.

A posição social da mulher no atual cenário agrário brasileiro veio sofrendo alterações nos últimos anos, tendo por consequência um número crescente de reivindicações de movimentos de mulheres nesse âmbito, tais movimentos reivindicavam e exigiam a implementação de políticas que beneficiassem as mulheres de forma direta, lhes garantindo o direito como moradoras e trabalhadoras do meio rural, alguns desses direitos são; acesso a documentação civil, a crédito, à terra e à organização produtiva, dentre outros.

As mulheres trouxeram à tona também suas preocupações no que diz respeito à questão agrária, dando enfoque a problemas como a violência contra as mulheres praticadas no ambiente rural. A violência praticada contra elas nesse cenário ocorria principalmente por parte de seus companheiros, que tinham uma visão conservadora dos papéis e tarefas da mulher, não permitindo que essas desempenhassem outras atividades, se restringindo apenas às tarefas domésticas e de campo.

Podemos identificar a identidade dessas mulheres na participação delas, em grupos e movimentos que constituíram a representação destas, assim como nos expõe Cintrão e Siliprandi:

[...] sindicatos, federações, associações, cooperativas, e diferentes grupos de base e movimentos sociais trouxeram as reivindicações de acampadas, assentadas da reforma agrária, agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas, indígenas, ribeirinhas, quebradeiras de coco babaçu, ou simplesmente mulheres do campo e da floresta. (CINTRÃO, SILIPRANDI, 2011, p. 188)

A partir daí, pode-se observar a participação de diversas mulheres nos mais diversos segmentos, mostrando a sua participação nas reivindicações de seus direitos e papéis no cenário agrário brasileiro, buscando assim alterar a posição que a ela era destinada e com isso, ser capaz de mostrar que o gênero feminino pode e deve ocupar outros papéis na estrutura econômica do país.

Conclui-se então que o papel da mulher no cenário agrário brasileiro veio sofrendo alterações de acordo com as mudanças dos processos históricos dos últimos anos, no entanto, estas mudanças não foram suficientes para elas conquistarem espaço, é necessário que as políticas de gênero sejam efetuadas e implementadas, com o intuito de se construir uma sociedade mais justa e igualitária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das abordagens e conteúdos discorridos no decorrer da construção desse artigo, chega-se à conclusão de que o cenário agrário brasileiro sofreu uma série de alterações, essas estão relacionadas aos aspectos territoriais, socioambientais, dentre outros. Nessa trajetória de mudanças ocorridas no meio rural, depara-se com situações de conflitos, má distribuição de territórios, novos meios de produção, mudança de papéis sociais e culturais, entre outros aspectos.

Pode-se então perceber que é necessário que tenhamos uma visão crítica acerca desse assunto, visão esta capaz de identificar nessas mudanças aquilo que conta como avanço e aquilo que continua como entrave, para que sejamos capazes de elaborarmos estratégias que consigam alterar a situação atual, ou pelo menos minimizarem os impactos.

Nota-se a necessidade da disseminação desse assunto por parte da mídia e por parte das instituições de ensino e educação, fazendo com que a sociedade fique alerta para essas situações, tendo em vista que o setor rural tem grande contribuição para a nossa economia e cultura e que aqueles que os compõem se caracterizam acima de tudo como cidadãos possuidores de direitos, independentemente de gênero ou posição social.

Por fim pode-se apontar que mesmo em meio às mudanças e avanços que ocorreram em nossa sociedade, ainda há necessidade da elaboração, implantação,

implementação ou mesmo a ampliação de políticas que englobem tais aspectos como: direito dos proprietários de terras, direitos ambientais no âmbito rural e políticas de gênero no cenário agrário brasileiro, contribuindo assim para um maior desenvolvimento econômico e social do país, como também para a minimização das manifestações da questão social nesse âmbito.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso de. **O acesso a terra no estado democrático de direito**. Frederico Westphalen: URI, 1998.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de. **Análise da competitividade de cadeias produtivas**. Manaus: Embrapa, 2000.

CINTRÃO, Rosângela Pezza; SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. In: CEPIA. ONU Mulheres. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010**. Brasília, DF, 2011.

FERNANDES, Bernardo M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista Cultura Vozes**, São Paulo.

MARTINS, José de S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: HUCITEC, 1975.